



O Ideário Patrimonial О идеарио

Heranças Patrimoniais
enquanto Partilha de Saberes

PARA QUEM SE PRESERVA?: ENTRE PASSADO E FUTURO DOS CAMINHOS DA AGENDA PATRIMONIAL BRASILEIRA

Christiane Heloisa Kalb

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH, Pós-Doutoranda em Ciências
Humanas. Professora de Direito no Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina –
CESUSC. 88030-361, Florianópolis, SC, Brasil
christianekalb@hotmail.com



Para Quem se Preserva?: Entre Passado e Futuro dos Caminhos da Agenda Patrimonial Brasileira

Christiane Heloisa Kalb

Historial do artigo:

Recebido a 31 de agosto de 2017

Revisto a 06 de setembro de 2017

Aceite a 16 de outubro de 2017

RESUMO

Neste estudo pretendo discutir alguns caminhos tomados pela agenda patrimonial brasileira. Numa abordagem revisionista trago algumas evanescências sobre os conceitos de cultura e de patrimônio, na sequência revisito o passado da agenda patrimonial, tendo como ponto de partida os anos trinta. Na terceira parte trabalho com algumas políticas públicas que gerem o campo do patrimônio brasileiro e por fim, proponho algumas perspectivas futuras para esta agenda, ainda que de modo bastante incerto, tendo em vista alguns enclaves que os técnicos que trabalham na área sofrem cotidianamente. A fim de debater uma conexão entre o que é cultura e patrimônio hoje e o planejamento urbano das cidades, trago à tona a problemática dos equipamentos urbanos, como teatros, cinemas, auditórios, que ou se tornaram ruínas urbanas de outros tempos históricos ou foram patrimonializados, ganhando novos usos na urbe. Por ora, o que se conclui é que tendo em vista o passado da agenda patrimonial brasileira, os bens culturais tidos como patrimônio, muitas vezes, ficam nas mãos de agentes políticos e/ou da elite, deslegitimando os grupos sociais que realmente deveriam ser empoderados para gerir e cuidar destes bens.

Palavras-chave: Cultura, Patrimônio Cultural, Políticas Públicas, Gestão, Equipamentos Urbanos.

ABSTRACT

In this study I intend to discuss some paths taken by the Brazilian patrimonial agenda. In a revisionist approach I bring some evanescences on the concepts of culture and cultural heritage, after revisiting the past of the cultural heritage agenda, starting from the thirties. In the third part, I work with some public policies that manage the field of Brazilian heritage, and finally, I propose some future perspectives for this agenda, although in a very uncertain way, considering some enclaves that the technicians who work in the area suffer daily. In order to discuss a connection between what is culture and heritage today and the urban planning of cities, I bring up the problematic of urban equipment, such as theaters, cinemas, auditoriums, which either became urban ruins of other historical times or were patrimonialised, gaining new uses in the city. For the moment, the conclusion is that in view of the past of the Brazilian heritage agenda, cultural assets considered as cultural heritage often remain in the hands of political agents and

/ or the elite, delegitimizing social groups that really should be empowered to manage and care for these assets.

Key-words: Culture, Cultural Heritage, Public Policies, Management, Urban Equipment.

1. Introdução

Quando se pensa em cultura e, por conseguinte, em como preservar bens culturais, não se está adstrito à ideia de sobrevivência das criações humanas. E o século XX foi um período marcado por intensas mudanças em virtude do rápido progresso tecnológico, o que por um lado incrementou as invenções humanas e, por outro, deixou ruir tecnologias defasadas. Nesse contexto, a preservação dos patrimônios criados ou não pelo homem pode estar permeada pelo espírito de romantismo e nostalgia, se considerar as correntes urbanistas dos culturalistas, motivadas pelo interesse das pessoas em encontrarem um passado marcado por estabilidade e prosperidade. No caso brasileiro, o interesse pelo passado num determinado momento foi uma forma de marcar o nacionalismo a partir da retomada do período do barroco mineiro por meio dos ideais modernistas. Outros entendem a preservação dos bens culturais como uma ideia elitista, se pautada no que os urbanistas progressistas vão trazer de soluções para as cidades industriais, nas quais a manutenção de certas tradições constitui uma justificativa para a conservação do *status quo* de determinados setores sociais.

Portanto, pretendo discutir neste estudo alguns caminhos tomados pela agenda patrimonial brasileira. Assim, numa abordagem revisionista trago algumas evanescências sobre os conceitos de cultura e de patrimônio, na sequência revisito o passado da agenda patrimonial, tendo como ponto de partida os anos trinta. Na terceira parte trabalho com algumas políticas públicas que gerem o campo do patrimônio brasileiro e por fim, proponho algumas perspectivas futuras para esta agenda, ainda que de modo bastante incerto, tendo em vista alguns enclaves que os técnicos que trabalham na área sofrem cotidianamente.

Além dos motivos já citados acima, como o romantismo, a nostalgia e a conservação de certas tradições, os interesses comuns de preservação ainda podem ser motivados pela ideia de sobrevivência, de enriquecimento espiritual, científico e histórico, de fonte de prazer e contemplação (SILVA, 2003: 44) e tantas outras razões.

O patrimônio cultural de uma sociedade, mais que estabelecer limites, coleções e escolhas a partir de discursos, tem sua importância arraigada no sentido de questionar de onde viemos e para onde vamos. O patrimônio é tingido de valores (1) numa dada época, num certo momento histórico e, portanto, é uma construção social, diacrítica, normalmente pensada por uma elite que muitas vezes acaba por excluir certos grupos, geralmente minoritários. Todavia, essas elites, representadas por instituições de preservação, deveriam servir aos cidadãos ao invés de servir a grupos de interesses políticos e econômicos.

Pensar, então, o patrimônio a partir da identidade cultural como o passado de uma etnia (ou grupo social) é uma maneira de demonstrar o reconhecimento à ideia comunitária, isso quando o próprio grupo detentor de determinado patrimônio se reconhece perante ele. Assim, os sistemas de símbolos que cada grupo de pessoas experimenta subjetivamente como sua identidade podem ser chamados de cultura, “uma vez que eles [os patrimônios] materializam uma teia de categorias de pensamento por meio das quais nos percebemos individual e coletivamente” (GONÇALVES, 2007: 29). E aceitar que essa teia de significados abrange aquelas “Producciones simbólicas y las experiencias estéticas sustraídas a la urgencia de lo cotidiano,

con los lenguajes, los rituales y las conductas gracias a los cuales una comunidad vive y reflexiona su vínculo con el mundo, con los otros y con ella misma” (CHARTIER, 2008:23).

Logo, conjugando patrimônio e cultura, temos o enlaço das produções simbólicas e experiências estéticas do cotidiano, tanto as deixadas por antepassados longínquos ou próximos quanto aquelas realizadas a partir de uma instituição ou de certas pessoas. Portanto, a ação do homem no espaço gera bens que podem vir a ser significativos a ponto de constituir uma marca naquele tempo. O patrimônio cultural de um país, estado ou cidade, ou mesmo de um grupo social, é formado por elementos tangíveis e intangíveis num determinado processo histórico que identifica e diferencia as pessoas a partir da reprodução das ideias e dos materiais provenientes desses elementos. O conceito de patrimônio cultural, então, está em constante embate de significados e ressignificados. O período do século XIX, até meados do século XX, foi marcado por uma categoria de patrimônio ligada à herança e que tinha uma apelação estritamente material, ligada à preservação de monumentos e de edifícios históricos atribuídos por sua excepcionalidade, a era da “pedra e cal”.

Gonçalves frisa que é a partir dos anos 1980 (2), após o ideário acadêmico do órgão de proteção patrimonial (entre 1937 a 1967, através do diretor do Sphan – Serviço de Patrimônio artístico nacional - na época Lúcio Costa) que as discussões na área do patrimônio cultural se redemocratizam, abrangendo as pesquisas e as reflexões sobre as relações sociais e simbólicas dos objetos materiais entre os personagens da história da “antropologia cultural ou social (viajantes, missionários, etnógrafos, antropólogos, nativos, colecionadores, museólogos, universidades, lideranças étnicas etc.) que envolvem coleções, museus, arquivos e patrimônios culturais (novos patrimônios e novos usos)” (2007: 22), atingindo também ‘novos’ direitos, ‘novas’ memórias.

No entanto, os discursos do patrimônio articulam-se enquanto narrativas, as quais relatam a história de determinada coletividade, seus heróis, os acontecimentos marcantes, os lugares importantes e os objetos que testemunharam esses acontecimentos. Essas narrativas da história “possuem certa autoridade na nação ou dentro de uma coletividade cuja memória e identidade são representadas pelo patrimônio” (GONÇALVES, 2007: 142). Assim, nem sempre essas narrativas se complementam, podendo haver discórdias.

2. Caminhos da Agenda Patrimonial

As cidades brasileiras e seus patrimônios culturais necessitam das políticas e gestões públicas para que haja a conservação e a preservação de seus bens. Portanto, é importante analisar o contexto brasileiro nas três instâncias governamentais sobre como vieram agindo em papéis-chave para a proteção e a construção do discurso do patrimônio na agenda nacional para entender os caminhos da agenda patrimonial no país.

No Brasil, em resposta aos fatos políticos e aos movimentos sociais ocorridos na Europa, que se refletiram no país a partir dos movimentos conservadores e autoritários (literário e político) modernistas da década de 1930, houve uma radicalização do projeto modernizador de Estado Novo, de Getúlio Vargas, quando o Congresso Nacional foi fechado, partidos políticos foram encerrados e as eleições foram suprimidas, além de que a imprensa foi submetida à censura. Este foi o início do contexto político do que seria a “construção do patrimônio cultural nacional” (GONÇALVES, 1996: 40).

A partir daí os processos de tombamento, que são a forma institucionalizada de proteger os bens culturais, iniciados na década de trinta, e de outras tentativas de preservação efetivaram-se no patrimônio brasileiro. “As palavras de ordem eram progresso, ciência, saneamento e

higiene. A modernização técnica e o modo de vida moderno encontraram terreno fértil nas maiores cidades [...]” (FLORES, 2006: 21).

A cidade de Ouro Preto, no estado de Minas Gerais, foi o primeiro exemplar tombado, por meio do Decreto nº 22.928, de 1933 (3), que elevou todo o centro histórico à categoria de monumento nacional. Esse lugar, o “conjunto arquitetônico e urbanístico da Cidade de Ouro Preto, [registrado] no Livro de Tombo das Belas-Artes” (MINC/IPHAN, 1994:76), foi o estandarte dos modernistas, pois entendiam que lá estava a origem da nacionalidade brasileira a partir da identidade barroca e mineira (4).

Ouro Preto era uma cidade que nos anos de 1920 estava em decadência, após o fim do ciclo da mineração e da Guerra dos Emboabas (5). Um passado esquecido, que precisava ser lembrado com base no Brasil Colonial, que era referência por suas casas e igrejas barrocas, nas quais a autenticidade e a originalidade cultural estavam presentes de forma marcante. “A perda do papel administrativo de sede do estado de Minas acaba sendo positiva para a conservação das feições urbanas da antiga Vila Rica [que] mantém praticamente inalterado seu conjunto arquitetônico, artístico e natural” (LIMA FILHO, 2006: 32). Para os modernistas (6), a cidade de Ouro Preto construiria, a partir de sua preservação patrimonial, o ideário de identidade artística brasileira, da “brasilidade”, da “alma ou da essência brasileira”, também inspirada pela figura de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, escultor, entalhador e arquiteto no período do Brasil Colonial. A aura do passado mineiro preservaria a singularidade e a permanência da identidade do Brasil. Portanto, não se limitava tão somente a um ideal preservacionista ameaçado de destruição. Ouro Preto foi o meio de se restabelecerem vínculos com a tradição e com o passado dos séculos XVII e XVIII, desprendendo-se das raízes lusitanas. A cidade patrimonial tornou-se palco de encenação da nacionalidade brasileira, do encontro entre a ideia de nação que ali surgia e dos eventos históricos e culturais que transcorreram.

Diferentemente de outros países europeus, como Itália e França e dos Estados Unidos, que vinham respondendo às questões de crescimento exacerbado das cidades pelo viés sociológico em consequência, sobretudo, da heterogeneidade de imigrantes, da rápida industrialização, do surgimento do proletariado e da burguesia e da urbanização acelerada, como foi discutido amplamente na Escola de Chicago (EUA) (7), no Brasil a resposta foi literária e artística, bastante idealizada a partir do aparato oficial patrimonial brasileiro preservacionista, que é aquele “assumido pelo Estado motivado pela ideologia do dirigismo cultural, com orientação nacionalista, foco patrimonialista e que assume o papel de produtor cultural” (COELHO, 2004: 54).

As consequências das escolhas feitas pelos técnicos construtores do discurso patrimonial brasileiro refletiram sobremaneira na forma como a cultura germânica e também italiana, polaca, dentre outras experimentadas no Sul do país foram rechaçadas e excluídas das políticas públicas de início do século XX. Apesar de ter havido alguns tombamentos federais advindos destas culturas, eles foram pontuais e singulares. Mas por que isso aconteceu?

3. A Gestão do Passado *versus* a Inexistência de Patrimônio

A categoria *patrimônio* ainda está em construção ou, melhor que isso, em constante mutação e aperfeiçoamento. E esta construção social vem ocorrendo a fim de abarcar mais bens e práticas que tenham valor cultural no âmbito de identidades locais, o que vai ao encontro das palavras de Gonçalves (2003), aporte teórico que nos auxilia a entender o patrimônio como uma categoria de pensamento na moderna noção antropológica de cultura. “O que parece relevante

para pensar a categoria patrimônio cultural em termos analíticos nessa perspectiva são os agentes e as instituições que ela faz circular num determinado tempo/espaço” (REIS, 2015: 23).

Lima Filho e Abreu, ao mesmo tempo em que coadunam com a ideia de mutação da noção de patrimônio, entendem que “era evidente o surgimento de um dado novo no campo do patrimônio. Se, nos primeiros anos de constituição dos patrimônios nacionais, predominara uma retórica que lastimava a perda de um mundo constituído de prédios e edificações que davam lugar a novos ícones das modernas sociedades urbano-industriais e se nestes anos era preciso salvar algo que testemunhasse momentos da longa trajetória de construção da civilização ocidental, no final dos anos 90 discutia-se um outro sentido para uma mesma retórica da perda. Lastimava-se, agora, o desaparecimento [...] dos ‘outros’ que expressavam culturas exóticas que teriam sobrevivido a diversas fases do capitalismo [...]” (LIMA FILHO, ABREU, 2007: 34).

Quando se analisa a Constituição Federal de 1988, constata-se essa inovação no conceito de patrimônio, principalmente por trazer políticas públicas voltadas para a representatividade e a participação popular. Afinal, a valorização da diversidade cultural a fim de incluir minorias e os silêncios da história se mostra como uma das formas de riqueza do povo brasileiro e visa a manutenção das culturas locais em contraponto à homogeneização das cidades que apenas as destroem.

Ao mesmo tempo, antes ainda dessa Carta Magna de 1988 as diversas ‘fases’ da agenda patrimonial em âmbito federal mostram determinadas tentativas por parte dos discursos autorizados em proteger, o que se chamou de patrimônio nacional. Primeiro, por meio dos monumentos de pedra e cal. Depois numa fase moderna, há uma noção de patrimônio um pouco mais ampliada, especialmente pelo pós-2ª guerra. Mais tarde, numa obsessão pela memória e pela patrimonialização, chegando à fase atual, em que nos encontramos, o discurso desloca-se para bens intangíveis. E, assim, as *retóricas de perda* são tão eficientes que asseguram a preservação de bens culturais a partir de um enquadramento aderente, que é o patrimônio cultural.

Todos os sistemas de proteção ao patrimônio, desde o tombamento, inventário, registro, chancela a paisagem até a desapropriação, estão também previstos constitucionalmente. Alguns deles, inclusive, possuem leis específicas que os complementam. No entanto, de nada adianta tais normas existirem se ainda assim não houver ressonância destas por parte da população que usufrui do patrimônio. As leis se tornam letra morta. Os efeitos jurídicos, as sanções administrativas e as ações judiciais estão vigentes perante atos que danifiquem os bens culturais, porém, mais uma vez, essas restrições não ensinam nem cativam os seus responsáveis.

Não busco lamentar uma situação quase que caótica dos órgãos de preservação, pois apesar da academia e da criação de espaços públicos cooperativos e a sua consequente divulgação na área do patrimônio cultural brasileiro, o que se vê na prática na maior parte das vezes não é uma efetiva participação da população envolvida na gestão dos bens protegidos, uma vez que essa prática nunca foi regra nas políticas públicas brasileiras. Inicialmente, em razão do discurso oficial modernista, uma elite no poder, que se estendeu até meados dos anos 1980, e, depois, na fase obsessiva pela memória, com disputas de discursos e rupturas com reivindicações de práticas e bens culturais até pouco tempo parcamente legitimados, nunca abarcando todos os grupos da nação. Como afirma Hartog (2006), a noção de patrimônio nunca se nutriu de continuidades. Ela acompanha cortes e problematização de tempo, com jogos de ausências e presenças, do visível e do invisível, elegendo e produzindo semióforos.

A administração pública tem dificuldade em decidir se esquece ou se memorializa seu passado. Isso ocorre com patrimônios sem consenso e com patrimônios difíceis, nos quais incluo os patrimônios industriais, que trabalhei em minha dissertação de mestrado, por exemplo (KALB,

2013) e também há carência de uma modernização da gestão nas instituições de preservação, por estarem tão distantes da realidade das comunidades e dos grupos sociais, o que Leticia Nedel, prefaciando a obra de Daniel Reis (2015: 8), firma como “o patrimônio não é mais um conjunto de vestígios herdados do passado, mas uma arma simbólica politicamente acionável nas lutas por direito”.

Os pesquisadores, e aqui me incluo, os agentes do campo do patrimônio e os projetistas da cidade precisam entender com respeito, numa escuta empática, os reclames e as narrativas das comunidades ao invés de impor seu discurso legitimado pela técnica. E nessa escuta podem surgir demandas pela não preservação institucionalizada ou pela simples decadência, quando o tombamento mesmo declarado, não protege o bem em si, e deixa os novos usos esfacelarem o que resta de patrimônio.

Ainda que haja a participação da população, há uma aura dúbia entre a nostalgia pelo passado edificado e sua relação de afetividade com o bem em si. Por outro lado, há a impossibilidade relativa de mudanças e, conseqüentemente, o consenso do progresso. Dois lados de uma mesma moeda – a gestão do passado – que pende pela patrimonialização *a la moda* europeia em busca de conceber a cidade como imagem e conceito – ou a total inexistência de noção de patrimônio.

4. Perspectivas de um Futuro Incerto

Os novos usos do passado de equipamentos urbanos trazem consigo a dificuldade dos profissionais técnicos que trabalham com o patrimônio e também dos que elegem o que será protegido. Essa dificuldade está em como lidar com o esquecimento *versus* a preservação. Os técnicos do patrimônio são os profissionais do IPHAN, no âmbito federal, e os profissionais que atuam nos níveis estaduais e municipais, dentre as comissões de preservação de patrimônio. As pessoas que elegem os patrimônios da cidade, portanto são os grupos socialmente empoderados, e as comissões de patrimônio, trabalham com as dificuldades que surgem, de um lado, com os processos de restauração que desconfiguram as marcas do passado deixadas sobre um determinado bem material, gerando muitas vezes simulacros, pastiches e simulações indesejadas, embora também possam produzir belos resultados arquitetônico-estéticos quando há restaurações bem empregadas. Por outro lado, se não houver ações restauradoras, ainda que em bens protegidos, haveria apenas ruínas contemporâneas por todo o espaço urbano, marcas deixadas, pelo que muitos entendem, como desleixo, feiura e decadência.

Walter Benjamin (2000) trabalha com a ideia de ruínas enquanto fragmentos da história. As ruínas pensadas como marcas de um passado que demora a passar. Dotadas de significados a partir de alegorias que tentam romper com o fluxo contínuo da história. As ruínas trazem a noção de finitude, de destruição, embora só tenha sentido como ruína em si se houver a manutenção dela mesma, estando no passado e agora no presente ressignificada. A sua manutenção ocorre por meio das restaurações estruturais e também pelo reviver de memórias quando alegorizadas em ruínas memoriais.

Nos tempos presentes, muitas ruínas têm sido exploradas em consonância com o turismo, em que os *exploradores do passado* o visitam como se fosse um lugar longínquo, exótico, *um país estrangeiro*, como disse David Lowenthal (1985). Embora o passado seja um tempo e não um lugar a ser visitado, ele tem sido manipulado no presente a fim de se adaptar à nova economia, aos novos usos contemporâneos e aos novos espaços urbanos. Essa manipulação é um sintoma

das cidades contemporâneas, que urgem por ruínas para marcar suas histórias de grandezas, às vezes de uma ‘idade de ouro’.

Muitos equipamentos urbanos, como antigos teatros e cinemas de rua, inaugurados no início do século XX, como símbolos da modernidade recém-chegada, sofreram com a sua decadência perante as novidades tecnológicas, caíram em ruína. Por isso, a tecnologia desses aparatos teatro-cinematográficos socioculturais envelheceu e o que sobrou foi deixado no passado, nas memórias dos que viveram aqueles tempos. A memória coletiva ganhou um *lugar de memória* no espaço urbano por meio de sua patrimonialização. A salvaguarda dada, muitas vezes, pelos técnicos do campo do patrimônio, surtiu efeito na preservação da materialidade daqueles espaços, no entanto, apesar de todo o esforço dispensado, o foco da salvaguarda encontra obstáculos na materialidade destes bens. Afinal são bens culturalmente importantes, mas sofrem com a decadência natural, a transformação em ruína da matéria em si. A atribuição de valor, a tangibilidade, que mais sofre na contemporaneidade.

Como compreender os desejos de hoje para o presente e para o futuro dos bens tombados? Como encontrar ressonância nos tombamentos junto à população que lida com aquele patrimônio? Privilegiar a autenticidade material e, portanto, a originalidade estrutural de patrimônios edificados acaba por elitizar as escolhas. A desigualdade ao se apropriar do patrimônio é flagrante. Primeiro, por haver hierarquias de capitais culturais e, depois, porque ao invés de salvaguardar os modos de fazer e as memórias, tanto a lei como os atores sociais envolvidos no campo do patrimônio só lhes resta investir na preservação da materialidade do bem cultural, em meio à ‘angústia’ entre ‘ser genuíno’ ou ser metáfora de ruínas que restam do passado. As práticas culturais, também se ‘restauradas’ não passam de ficção.

Embora exista desde início dos anos 2000 o decreto federal que protege por meio do registro os bens imateriais, essa norma 3551/2000 não passa de uma ‘indústria de selos’: selos de autenticidade, selos de originalidade, selos de procedência. Afirmo isso, pois se as práticas ainda permanecessem, continuamente, a serem executadas, passando seus segredos, seus ritos e suas mensagens para frente, não precisariam necessariamente ser preservadas por um órgão governamental. No entanto, se determinada comunidade ou mestre deixa de praticar tal modo de fazer, surgiria uma preocupação de cunho pedagógico. Porém, ainda assim seria uma busca pela perpetuação, evitando, dessa forma, um vazio existencial. O medo da perda ressurgiu, ressignificado. Mas a quem interessa aquele modo de fazer? Se a resposta vier com tom elitista e autoritário, como vem sendo há quase 80 anos por meio das entidades públicas, então não será a própria comunidade supostamente empoderada que irá deter esse interesse.

Michel de Certeau (2013), critica severamente os projetistas da cidade, e incluiu aqui alguns técnicos do campo do patrimônio, que pensam e ainda constroem a cidade para “indivíduos sem carne”, massificados, como se fossem cidadãos modelo, homens ordinários. Em contraponto, as pessoas que vivem a cidade vão transformando os espaços projetados de forma estratégica pelo poder hegemônico, por meio de táticas. O homem ordinário usa a cidade de forma tática.

5. Considerações

Por tudo isso que foi dito, os monumentos e bens patrimonializados são como obras representativas de certas pessoas, grupos e acontecimentos que o poder político consagra para fortalecer identidades presentes na urbe. Patrimônio não pode ser visto somente como um acervo ou como um recurso explorável econômica e turisticamente. O patrimônio é, portanto, a linguagem representativa da força que atua nas cidades. Dessa forma, o que é escolhido por

esse poder, convive contemporaneamente com as transgressões táticas, como os grafites, as manifestações socioculturais e os atos de vandalismo. Na verdade, isso mostra que as cidades vêm se ressignificando e reivindicando outras vozes, novos ou outros grupos, outros espaços, novos tempos, criam outros patrimônios.

Como conciliar as ações cotidianas aos monumentos no espaço público? Por um lado, eles são objeto de manifestação, como as já citadas pichações e depredações. Punir os vândalos com leis mais severas talvez não resolva o problema. Por outro lado, atitudes extremistas no sentido de pôr ao chão esses representantes do passado com a intenção de apagar a história, apagar os monumentos e os patrimônios também não responde. Afinal, apagar os vestígios do que poderia ter sido a barbárie ou o genocídio, ou ainda o preconceito de tudo o que condenamos, impede que a história seja reescrita, reinterpretada e, portanto, rememorada. São diferentes ciclos de ocupação de determinados espaços no território em diversos tempos históricos.

Uma gestão participativa, como sugeriu Canclini já na década de 1990, que se reflete no Sistema Nacional de Patrimônio Cultural - SNPC, ainda não implementado completamente, mas desejado, no qual o patrimônio é pensado e preservado a partir das necessidades globais e locais, em que a decisão advém da participação democrática e espontânea e que privilegiaria *patrimônios vivos* parece a mais acertada para a esfera federal. Esse aspecto não retira o poder do gestor do patrimônio, mas empodera os habitantes e os usuários locais. Trata-se da ideia de um movimento sociocultural, onde é possível habilitar as pessoas a administrar a própria cultura e se tornar parceiros do Estado ou de quem detém os meios de produção cultural. O reconhecimento daquilo que seria patrimônio como referência cultural surge a partir de negociações de dentro do grupo local, ainda que de forma diversa ou antagônica da esperada pelos técnicos do campo. Afinal, o patrimônio é dinâmico, contraditório e, por sua vez, não possui uma única verdade, uma única versão, podendo, por exemplo, surgir a partir de vivências, de experiências e também de novos usos.

É importante frisar que não busquei com essas digressões encontrar soluções ou respostas para os discursos das políticas de preservação do patrimônio brasileiro. Pretendi, sim, ponderar como foram traçados alguns caminhos para a preservação do patrimônio cultural brasileiro e problematizar em quais meios sociais e políticos reverberaram e (re)construíram usos dos espaços patrimoniais.

Afinal, em muitas cidades brasileiras esses espaços urbanos foram palco da decadência nos centros urbanos, levando consigo o fim dos teatros, auditórios, cinemas de rua, o que coloca em xeque a eficiência do ato de tombar quando esses lugares são patrimônios de suas cidades. Muitos foram os motivos para que isso acontecesse e se repetisse em tantas cidades, porém, nem todos os lugares transformaram-se da mesma forma. Alguns espaços foram fechados e demolidos; outros tornaram-se supermercados; outros, bingos; há ainda aqueles que se transformaram em grandes estacionamentos cobertos; e existem aqueles, que foram adquiridos/locados por igrejas evangélicas. A partir dessas reapropriações, as cidades responderam. Cada uma com seu feito. Algumas cidades deixaram os proprietários agirem conforme sua vontade; outras 'tomaram as rédeas', desapropriaram o prédio e reviveram o equipamento a seu modo, agora ressignificado aos novos aparelhos tecnológicos, como fez Laguna, em Santa Catarina com o Cine Mussi; houve aquelas que simplesmente não agiram; e ainda houve cidades que patrimonializaram esses lugares, dinamizando o crescimento e o desenvolvimento de suas cidades. Joinville, outra cidade catarinense é uma delas: tornou o Cine Palácio um patrimônio da cidade. Outras cidades ainda, como Fortaleza, no nordeste brasileiro e o Rio de Janeiro, deixaram estes exemplares da indústria cultural, desaparecer.

Como afirmei no início dessas considerações, o ato de tombar, registrar ou inventariar em si não protege nada. Mas o ato do Estado ou de grupos empoderados em escolher o que proteger do

seu passado pode possibilitar, por sua vez, que se aja na salvaguarda do que se escolheu por meio de ações no presente. Mas me pergunto: quem escolhe? Para quem? São duas perguntas que parecem me inquietar ininterruptamente. Talvez até mesmo tenham me assombrado. A primeira pergunta tenho convicção de que encontrei a resposta, afinal trata-se de uma questão de poder. Quem tem esse poder de escolher também tem o poder de excluir, de fazer esquecer ou de fazer lembrar, rememorar.

A segunda pergunta é diretamente ligada a uma mudança de paradigma dentro do campo do patrimônio. Pensar os patrimônios locais a partir das referências culturais torna a dar efetividade aos tombamentos e aos outros meios de proteção preservacionistas. Assim, responder à pergunta *para quem?*, é também investigar o que faz sentido na vida das pessoas a partir de como essas pessoas atribuem valor às coisas. Dar subsídios aos portadores dos conhecimentos, ou seja, empoderando os sujeitos que atribuem valor, é uma das formas de ação do Estado, como o tombamento ou o inventário, num processo participativo ou de outras práticas de empoderamento social, ouvindo-os, abrindo editais de fomento e de incentivo, isentando-os de tributos ou, ainda, pelos inventários participativos dentro de escolas, e não deixando as escolhas apenas nas mãos do poder político, apesar da necessidade de planejamento urbano andar junto à proteção patrimonial.

No caso de bens edificados, como este estudo tratou exemplificando alguns casos de teatros e cinemas de rua, a falta de gestão, ou uma gestão elitista/altamente intelectualizada e primordialmente técnica, na qual os órgãos de proteção nem sempre dialogam e as normas são generalistas e a ausência de questionamento sobre o que fazer após o tombamento é o que dificulta o trabalho de atribuição de valores, pois envolve direito de propriedade e especulação imobiliária. Ainda se mantém uma ideia de herança de um passado, consagrando a gestão patrimonial ao invés de se pensar o patrimônio como presente.

NOTAS

(1) Ulpiano Meneses (1999) vai discorrer sobre os valores atribuídos ao patrimônio. O autor frisa tal elenco como sendo conflituoso e não um mapa conceitual. Assim, valores cognitivos seriam os ligados ao conhecimento e ao intelecto. Valores formais estariam conectados ao estético e ao sensorial. Valores afetivos seriam a memória, o pertencimento e a identidade. Os valores pragmáticos teriam ligação com o uso qualitativo e, por último, os valores éticos relacionariam-se com a interação social e o outro.

(2) Nora (1993) nomeia essa obsessão como uma fúria preservacionista, a partir da criação de lugares de memória, retomando as ideias de Maurice Halbwachs (1990) de uma memória coletiva. Huyssen (2010) clama pela cultura da memória ou uma resistência à memória partindo do cinema, do teatro, da moda, da música. Hartog (2006) chama essa obsessão de uma patrimonialização galopante. E Jeudy (2005) chama de maquinaria patrimonial o campo de pessoas que elegem o que será preservado e que não deixam a própria sociedade pensar o que quer preservar, o que merece proteger.

(3) Em 1980, a cidade tornou-se Patrimônio Cultural da Humanidade, a partir da UNESCO, e no ano de 2004, tornou-se rota turística (Disponível na WWW: <URL: http://www.ouropreto.mg.gov.br/portal_do_patrimonio_ouro_preto_2015/. [Consult. 12, mar. 2016].

(4) Para mais informações sobre a cidade de Ouro Preto, ver Lima Filho (2006) e Chuva (2012).

(5) Foi um confronto ocorrido de 1707 a 1709 pelo direito de exploração das recém-descobertas jazidas de ouro em Minas Gerais. O conflito se desenrolou entre desbravadores bandeirantes paulistas e portugueses que foram apelidados de “emboabas” pelos paulistas.

(6) As pessoas que fizeram parte desse movimento modernista brasileiro e que, portanto, integrariam o chamado “Grupo dos Cinco”, eram Mário de Andrade, os poetas Oswald de Andrade (sem relação de parentesco com Mário de Andrade) e Menotti del Picchia, além das pintoras Tarsila do Amaral e Anita Malfatti. E mais tarde, Cândido Portinari, Antônio Bento, Rodrigo Melo Franco, dentre outros.

(7) Os maiores representantes desta escola são William I. Thomas, Florian Znaniecki, Robert E. Park, Louis Wirth, Ernest Burgess, Everett Hughes e Robert McKenzie. Da década de 1920 a de 1930, a sociologia urbana foi quase sinônimo de Escola de Chicago (BECKER, 1996). Esses pensadores estudaram a cidade como um espaço de pesquisa, conciliando técnicas e metodologias da antropologia com estudos de contextos metropolitanos, utilizados na Sociologia. Esta escola foi duramente criticada pelos urbanistas, que afirmavam que seus pensadores não responderam aos questionamentos levantados na época (CHOAY, 1979).

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, W. - A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In AL., A. E. **Teoria da cultura de massa**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CERTEAU, M. D. - **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Original Francês [1990]. Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CHARTIER, R. - **Escuchar a los muertos con los ojos**. Tradução de Laura Fólica. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

CHOAY, F. - **O Urbanismo**. Editora Perspectiva, São Paulo, 1979.

COELHO, Teixeira. - **Dicionário Crítico de Política Cultural**. Cultura e imaginário. 3a ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

FLORES, M. B. R. - Estética e Modernidade: à guisa de introdução. In FLORES, M. B. R.; LEHMKUHL, L.; COLLAÇO, V. **A casa do baile: estética e modernidade em Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

GONÇALVES, J. R. S. - O patrimônio como categoria de pensamento. In ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003, p. 21-29.

GONÇALVES, J. R. S. - **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, IPHAN, 2007.

GONÇALVES, J. R. S. - **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / IPHAN, 1996. 156 p.

HARTOG, F. - Tempo e patrimônio. **Varia História**. Belo Horizonte, Vol. 22, nº 36 jul/dez 2006, p. 261-273.

HOBSBAWM, E. - A invenção das tradições [Introdução] p. 9-24. In HOBSBAWM, E. e RANGER, T. (org). **A invenção das tradições**. Trad. Celina C. Cavalcante. [título original: The invention of traditions. 1983.] São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008, 158 p.



HUYSSSEN, A. - **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna, 2010.

JEUDY, H.-P. - **Espelho das cidades**. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LIMA FILHO, M. F. - Cidades patrimoniais e identidades nacionais: questões antropológicas na perspectiva comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos. In LIMA FILHO, M. F.; BEZERRA, M. **Os caminhos do patrimônio no Brasil**. Goiânia: Alternativa, 2006, p. 17-42.

LIMA, F; ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro. - A antropologia e o patrimônio cultural no Brasil. In LIMA FILHO, M. F.; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C. (org.) **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007, 353 p.

LOWENTHAL, David. - Como conhecer o passado. **Projeto de História**. nº 7, São Paulo, 1985, p. 63-201.

KALB, C. K. - **Patrimônio industrial: as memórias de ferramenteiros em Joinville**. Joinville, Univille. Dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, 2013, 186 p.

MENESES, U. B. D. - Os 'usos culturais' da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In YAZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. D. C. A. D. (org.) **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 88-99.

MINC/IPHAN - **Bens móveis e imóveis incritos nos livros do tomo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN, Vol. 4º, 1994.

NORA, P. - Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 10, PUC-SP, 1993, p. 7-28.

REIS, Daniel - **Cidade (i)material: museografias do patrimônio cultural no espaço urbano**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2015.

SILVA, Fernando Fernandes da - **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Ed. Pierópolis/EDUSP, 2003.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

BECKER, H. - A escola de Chicago. **Mana**. [Em linha]. Vol. 2, no 2, 1996, p. 177-188. Disponível na WWW: <URL: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200008>. [Consult. 25, jun. 2017]. ISSN 1678-4944.

Cidade de Ouro Preto. [Em linha]. Disponível na WWW: URL: <http://www.ouropreto.mg.gov.br/portal_do_patrimonio_ouro_preto_2015/>. [Consult. 12, mar. 2016].

